

A GUERRA FRIA INTERNA DA DIREITA

Há uma pergunta simples que qualquer liderança relevante da direita deveria conseguir responder com clareza: apoia ou não apoia Flávio Bolsonaro como candidato presidencial do campo? Essa definição não é trivial, porque organiza alianças, orienta a base, sinaliza compromissos e delimita prioridades. Ainda assim, a mera cobrança dessa posição passou a produzir um desconforto que ultrapassa o razoável para um ambiente político que se pretende maduro e preparado para disputar poder nacional.

Em vez de uma resposta objetiva, o que surge é um deslocamento do debate. A discussão deixa de girar em torno da definição solicitada e passa a se concentrar no comportamento de quem fez a pergunta, como se exigir clareza fosse, por si só, um ato de hostilidade ou deslealdade. A base que busca direção acaba assistindo a um embate sobre forma e sensibilidade, enquanto o conteúdo permanece suspenso, envolto em indignação que não resolve a questão central.

Apoiar explicitamente um candidato em ano eleitoral significa assumir custos, alinhar discursos, ajustar estratégias regionais e aceitar as consequências públicas de uma escolha. Permanecer numa zona de ambiguidade preserva margem de manobra e mantém portas abertas em diferentes direções, permitindo observar o cenário antes de se comprometer. É uma posição compreensível no curto prazo, mas que se desgasta à medida que o calendário eleitoral avança e as circunstâncias passam a exigir definições concretas de cada ator relevante.

Essa estratégia, no entanto, tem prazo. Estar em cima do muro não é um local confortável durante um ano eleitoral, sobretudo quando a base cobra coerência entre o discurso passado e o posicionamento presente. A pressão por definição cresce, os espaços intermediários se estreitam e a neutralidade prolongada começa a ser interpretada não como prudência, mas como cálculo político.

O desconforto aumenta quando isso ocorre dentro de um movimento que construiu sua identidade criticando a política feita por meio de evasivas e conveniências momentâneas. Durante anos, a direita denunciou a classe política que tratava questionamentos legítimos como ataques e convertia cobranças em ofensas pessoais para evitar responder ao mérito das perguntas. Reproduzir essa dinâmica internamente compromete a coerência do discurso e alimenta desconfianças que poderiam ser evitadas com uma declaração clara.

É isso que irrita quem acompanha de perto: não é a divergência em si, que faz parte de qualquer campo político vivo, mas a recusa em admitir que ela existe. Nenhum campo político se consolida se suas lideranças não suportam perguntas diretas sobre seus compromissos, e a dificuldade em responder acaba dizendo mais do que qualquer nota pública cuidadosamente redigida.

Estamos em ano eleitoral, e definições não podem ser adiadas indefinidamente sem produzir efeitos práticos sobre a coesão e a credibilidade do campo. Quando a escolha não é afirmada de maneira explícita, ela acaba sendo revelada pela sequência de gestos, omissões, alianças e prioridades assumidas ao longo do tempo. A pergunta continua simples; o ambiente que se formou ao redor dela é que revela a tensão real. E o tempo não costuma ser generoso com quem aposta no silêncio quando o momento exige posição. Crítica não é ataque, silêncio não é lealdade.

- **Ambiguidade Estratégica:** Neutralidade preserva margem de manobra, mas enfraquece a confiança da base à medida que o calendário eleitoral avança.
- **Cobrança por Coerência:** Campo que criticou evasivas políticas enfrenta desgaste interno ao reproduzir ambiguidade e evitar respostas diretas.
- **Custo da Indefinição:** Silêncio prolongado transforma prudência em cálculo político e compromete coesão e credibilidade.

